PROVA PARANÁ E OS DESDOBRAMENTOS DO ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Maria Laura de Oliveira Machado

Juliana Fatima Serraglio Pasini

RESUMO: A Prova Paraná é uma avaliação diagnóstica, de larga escala, aplicada trimestralmente em todos os componentes curriculares desde 2021, assim busca-se analisar a relação entre Prova Paraná e os desdobramentos do ensino de história no ensino fundamental I. A pesquisa busca responder as seguintes questões:As avaliações de larga escala, em específico a Prova Paraná, seria realmente uma forma de melhorar a qualidade do ensino? Ela contribui para tornar os alunos mais críticos, ou está a serviço da reprodução, classificação e competitividade entre os envolvidos? A pesquisa apresenta um resgate histórico sobre o surgimento das avaliações de larga escala, e apresenta a proposta do governo paranaense para a Prova Paraná, com a inclusão desta avaliação no trimestre no componente curricular de História, tomando como base o ano de 2022. Como resultado a pesquisa alerta para a interferência do Estado na metodologia do professor polivalente, indicando atividades e orientações para o ensino de história, com vista a melhoria nos resultados da Prova Paraná, contribuindo para a padronização curricular e retirada da autonomia docente. O referencial teórico está ancorado em de Cunha;Muller (2018), Savaris (2022), Pasini;Soligo (2022), Finoccio (2012), Nadai (1993) e Silva;Silva (2018).

Palavras-chave: Avaliação de larga escala; Estado; Ensino de História.

RESUMEN: La Prueba de Paraná es una evaluación diagnóstica a gran escala, aplicada trimestralmente en todos los componentes curriculares desde 2021, buscando asíanalizarlarelación entre Prova Paraná y lasconsecuencias de laenseñanza de lahistoriaenlaescuela primaria I. La investigación busca responder a lassiguientes preguntas: ¿Lasevaluaciones a gran escala, en particular laPrueba de Paraná, serían realmente una forma de mejorarlacalidad de laenseñanza? ¿Ayuda a que losestudiantesseanmás críticos, o está al servicio de lareproducción, laclasificación y lacompetitividad entre los involucrados? La investigación presenta unrescate histórico sobre elsurgimiento de evaluaciones a gran escala, y presenta lapropuestadelgobierno de Paraná para laPrueba de Paraná, conlainclusión de esta evaluaciónenel trimestre enel componente curricular de Historia, basadoenelaño 2022.
Como resultado, lainvestigación alerta sobre lainterferenciadel Estado enlametodologíadelprofesor polivalente, indicando actividades y directrices para laenseñanza de lahistoria, con miras a mejorarlos resultados de laPrueba de Paraná, contribuyendo a laestandarización curricular y al retiro de laautonomía docente. El marco teórico está ancladoen de Cunha; Muller (2018), Savaris (2022), Pasini; Soligo (2022), Finoccio (2012), Nadai (1993) y Silva; Silva (2018).

Palabras-clave: Evaluación a gran escala; Estado; Enseñanza de lahistoria.

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

INTRODUÇÃO

A Prova Paraná (PP) é uma avaliação diagnóstica aplicada anualmente em três edições, vinculado ao trimestre escolar, correlacionando com os conteúdos elencados no Currículo da Rede Paranaense/Referencial Curricular do Paraná, (CREP), surge após a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no ano de 2017. Esta propiciou a padronização dos conteúdos da educação básica em todo país, tendo em vista que as avaliações de larga escala possuem uma matriz de referência e essa passa a ser atualizada no ano de 2019, alinhando-se aos conteúdos cobrados nas avaliações de larga escala nacionais como Prova Brasil, a PP é implementada como forma de diagnosticar a rede de ensino no estado a fim de contribuir com melhoras significativas para os resultados da Prova Brasil e IDEB.

No entanto, ao longo desta pesquisa, de caráter bibliográfico e qualitativa, identificamos que a PP foi implementada, como um método ou instrumento de controle e averiguação do ensino no estado do Paraná. Outra questão refere-se a incorporação dos conteúdos cobrados na PP estarem alinhados a BNCC e ao Referencial Curricular do Paraná (CREP), publicado em 2019, que passa a determinar quais conteúdos devem ser trabalhados em cada trimestre pelos professores. Ainda há poucas pesquisas sobre a temática, tornando-se importante analisar os desdobramentos da Prova Paraná no currículo de história e a interferência na metodologia do professor.

O problema da pesquisa busca responder se avaliações de larga escala, em específico a Prova Paraná, seria realmente uma forma de melhorar a qualidade do ensino? Ela contribui para tornar os alunos mais críticos, ou está a serviço da reprodução, classificação e competitividade entre os envolvidos?

A presente pesquisa apresenta os aspectos históricos das avaliações em larga escala no Brasil, está embasado nos (as) autores (as) Juliana Fatima Serraglio Pasini (2022), Valdecir Soligo (2022), Eduardo Carlos Souza Cunha (2018), Eucinéia Regina Muller (2018) que apresentam considerações significativas sobre o aspecto histórico das Avaliações em Larga Escala. Em seguida trataremos das características da PP, implementação e sua relação com o currículo de história na turma do 5º ano do ensino fundamental I. E por fim analisaremos os conteúdos abordados na prova Paraná 2022 e a interferência do Estado na metodologia do Professor, com a contribuição de Sonia BratifichSavaris (2022) através de sua pesquisa, dissertação de mestrado, sobre “Os impactos da Prova Paraná em escolas das redes municipal e estadual de educação básica”, nestes quatro capítulos possui comparações ao descrito nos sites oficiais do governo federal e estadual. Elza Nadai (1993), Edson Silva (2018) e Maria da

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

Penha da Silva (2018) contribuem com a análise dos desdobramentos do ensino de história através da Lei 11.645/2008 e das avaliações.

As considerações de Silva Finoccio (2012) corroboram com a conclusão de que as políticas de avaliação em larga escala e a PP não estão a serviço da aprendizagem dos alunos, mas configura-se de forma velada em uma política de controle do estado no Brasil e na América Latina.

ASPECTO HISTÓRICO DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NO BRASIL

Segundo o site oficial do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)[1], este sistema governamental possui um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas - INEP, realizar um diagnóstico da educação básica, bem como analisa fatores que podem interferir no desempenho dos estudantes, mas em nenhum momento cita que o resultado deste diagnóstico irá influenciar diretamente nos investimentos do governo federal.

A grande problemática das avaliações em larga escala é o ranqueamento dos municípios e a relação com o investimento, pois os dados por muitas vezes não apresentam um real diagnóstico da escola como apontam as pesquisas de Pasini; Soligo (2022), Pasini (2020), Gatti (2009, 2013), Dossena (2022), Werle (2014).

As avaliações de larga escala geralmente avaliam os componentes curriculares de Português e Matemática, com questões de múltipla escolha, esquecendo que o ensino é composto por outras áreas do conhecimento e os alunos avaliados constantemente demonstram seu conhecimento de outras maneiras.

> É fundamental refletir no âmbito da escola quais ações pedagógicas podem ser realizadas a fim de que os dados possam ser utilizados para um real diagnóstico da escola e utilizados como a finalidade de olhar para a própria rede, além de lutar contra a prática meritocrática e de responsabilização docente dos resultados insatisfatórios e satisfatórios nas avaliações em larga escala. (PASINI, SOLIGO, 2022, p.96)

Para exemplificarmos esse sistema complexo de avaliação e está problemática iniciamos apresentando um histórico sobre as Avaliações em Larga Escala para compreender o surgimento da Prova Paraná, no Estado do Paraná.

[1] https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb - SAEB.

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

Pasini e Soligo (2022) destacam que a partir da década de 1930 o setor educacional já apontava para um modelo de avaliação, impulsionando a “ciência” e a "técnica" de quantificar a educação, surgindo também nesta década o INEP, e em 1938 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Com o ideal do Estado Novo, no período de 1937-1945, ganha destaque a necessidade de planificar as ações governamentais, para instaurar uma “ordem social integral”, a partir disto temos o crescimento de pesquisas e investigações do governo buscando dados sobre reprovação, evasão escolar, repetência, de que maneira se ensina, dentre outros.

Segundo Cunha e Muller (2018) a crise econômica de 1970 resulta em mudanças na reorganização do Estado, cunhadas por ideais neoliberais, Banco Mundial, Unesco, e nos acordos transnacionais que acabam exigindo e orientando as políticas públicas no Brasil, inclusive na área educacional.

> No campo legal a publicação da segunda Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional - LDBEN, com a lei 5.692/1971, estabeleceu a avaliação como um dos componentes da assistência técnica da União e aos sistemas estaduais de ensino e Distrito Federal, determinada pela Constituição Federal de 1967 (BRASIL, 1967). (PASINI, SOLIGO, p.89, 2022).

No ano de 1988 quando a constituição federal é publicada e a Educação se torna um direito, começa o movimento para reformular a Lei que regulamenta o Ensino, e em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é promulgada, em seu texto traz a garantia do padrão de qualidade, a partir daí propõe uma nova reforma no ensino e para a verificação/constatação das políticas implementadas pelos municípios regulamenta-se o sistema de avaliação.

Cunha e Muller (2018) realizam um cronograma histórico das primeiras aplicações deste sistema de avaliação, evidenciando o início antes da LDB, em 1988 o Ministério da Educação e Cultura - MEC, com o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público (SAEP) um projeto piloto aplicado nos estados do Paraná e Rio Grande do Norte, e em 1990 passa a ser nacional, em seu princípio descentralizado dos estados e municípios.

Em 1991, com reajustes, o SAEP passou a denominar-se: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realizando a cada dois anos, frisamos que as avaliações iniciam como amostra, com adesão de alguns municípios e posteriormente se tornam censitárias quando a maioria está envolvida, e a partir disto conseguem tabular os dados/resultados, na rede particular de ensino, não tem esta modificação são todas em caráter de amostra.

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

No site oficial do SAEB, na aba histórico a primeira avaliação data do ano de 1990, com a intenção de ser uma “Nova Avaliação” de caráter amostral para as escolas públicas, para os alunos da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do Ensino Fundamental, áreas avaliadas foram a Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e Redação.

Em 1993, “Possibilidade de aprimoramentos”, a segunda edição da prova piloto permite o aprimoramento do projeto piloto, também para os alunos da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do Ensino Fundamental, áreas avaliadas foram a Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e Redação.

Em 1995, uma “Nova Metodologia”, é adotada uma nova formulação e análise de resultados, a Teoria de Resposta ao Item - TRI, passa ser possível comparar os resultados das avaliações ao longo do tempo. Também passa a realizar o levantamento de dados contextuais por meio de questionários. Desta vez o público alvo foram os alunos da 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio, para as escolas públicas e privadas, em formato amostral nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

Em 1997, “Matriz Referência”, diversos especialistas das disciplinas avaliadas estabeleceram os desempenhos mínimos ou básicos que os alunos deveriam corresponder, por meio dos níveis e escalas de proficiência de escala elaboradas por estes. Para alunos da 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio, para as escolas públicas e privadas, em formato amostral, nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais (física, química e biologia).

Em 1999, “Testes de ciências humanas”, a novidade desta edição é a inclusão da área de ciências humanas (história e geografia), porém não houve a divulgação do resultado, segue o mesmo público alvo e para as escolas públicas e privadas em formato amostral, que o ano de 1997.

Em 2005, “Avaliação Reestruturada", através da portaria ministerial n.°931, o sistema passou a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica -ANEB e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC, mais conhecida como Prova Brasil. A ANEB mantém o formato já consolidado, porém atendendo o critério de no mínimo 10 estudantes matriculados nas turmas. Já a ANRESC avalia de forma censitária, as escolas que atendessem aos critérios de no mínimo 30 estudantes matriculados na última etapa dos anos iniciais (4ª série/5° ano) ou dos anos finais (8ª série/9° ano) do ensino fundamental de escolas públicas, permitindo gerar resultados por escola. Ambas avaliam as áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

A partir da reestruturação da avaliação externa para educação básica em 2005, em 2007 “Nasce o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que é a combinação das médias de desempenho dos estudantes nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, com as taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar, apuradas pelo Censo Escolar. O sistema faz uma análise retroativa no ano 2005, e em 2009, 2011 seguem o mesmo formato.

Já em 2013, aplicação das avaliações já consolidadas, com a inclusão em caráter experimental das áreas de Ciências Humanas e da Natureza para os estudantes do 9° ano do ensino fundamental e alfabetização entra em foco, através da portaria ministerial n.°482 outra avaliação externa é promulgada, Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA, prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, com o público alvo estudantes do 3° ano do Ensino Fundamental, na área de Leitura, Escrita e Matemática, porém ao contrário das outras avaliações que acontecem a cada dois anos, a prova ANA é anual, acontecendo em 2014, em 2015 sem aplicação, e em 2016, tem sua última aplicação.

Em 2015, além da aplicação das avaliações para os alunos do 5° e 9° do Ensino Fundamental, e 3ª e 4ª série do Ensino Médio é apresentada uma plataforma de devolutivas pedagógicas que tornam os dados coletados mais relevantes para o aprendizado dos alunos, a partir da disponibilização dos itens utilizados (conteúdos abordados) descritos e comentados por especialistas, além disso traz diversas funcionalidades para auxiliar professores e gestores no planejamento de ações para aprimorar o aprendizado dos estudantes. Veremos no próximo tópico que o Estado do Paraná, elabora sua metodologia de avaliação a partir desta característica.

Até em 2015 as avaliações para o Ensino Médio eram amostral e a partir de 2017 tornam-se censitárias para as escolas públicas e as redes privadas podem aderir, antes só uma parte dos alunos eram destinados para a realização, com isso ambas passaram ter os resultados no SAEB, como os alunos do Ensino Fundamental.

Em 2019 e 2021, as avaliações denominadas pelas siglas ANEB e ANRESC passam a ser identificadas novamente por SAEB, continuando com as mesmas características para o 5° e 9° ano para o Ensino Fundamental e 3ª e 5ª série do Ensino Médio. Inclui-se a Creche, Pré Escola da Educação Infantil, 2° ano do Ensino Fundamental, área de Língua Portuguesa e Matemática, e 9° ano para o Ensino Fundamental, com a inclusão das áreas de Ciências Humanas e da Natureza vinculadas a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, publicada em 2017.

Como vimos o SAEB consolidou-se na década de 90, e as avaliações são permanentes até hoje, os Estados acabam utilizando desta metodologia para preparar os alunos e

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

familiarizá-los com este processo, colaborando com os municípios através de diagnóstico de aprendizagem para futuras ações pedagógicas e aprimoramento da gestão. Na atualidade no Estado do Paraná, temos a iniciativa da avaliação diagnóstica denominada Prova Paraná, que demonstraremos napróxima seção.

PROVA PARANÁ: DESDOBRAMENTOS NO CURRÍCULO E NO ENSINO NO ESTADO DO PARANÁ

Realizando uma pesquisa em todo o site da Secretaria da Educação e do Esporte - SEED[2] e do Núcleo Regional da Educação - NRE de Foz do Iguaçu, cidade que resido, para buscar o decreto que oficializa a Prova Paraná, não obtivemos êxito, no site específico para a Prova Paraná encontramos alguns ofícios de orientação (Ofício Circular n. 07 de 2019 e n.01 de 2020, DEDUC/SEED).

Buscamos respostas na pesquisa de mestrado da Sônia BratifichSavaris (2022), que apresenta uma análise documental descreve que, o Estado do Paraná, assim como o Brasil, também é financiado pelo Banco Mundial, demonstra que a Secretaria de Estado de Educação - SEED, desenvolveu entre 1995 a 2002 o Programa de Avaliação do Sistema Educacional do Paraná - SAEP, aliado com o SAEB, "O SAEP evidência alinhamento com as proposições do BM ao enfatizar que o sistema de avaliação do Paraná objetiva cumprir a tarefa complexa de avaliar (p.66)".

Em 2012 a SEED em parceria com o Centro de Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora - CAEd/UFJF, retomam o SAEP, "as provas foram aplicadas em 2012 e 2013, ocorrendo uma interrupção nas aplicações em 2014, 2015 e 2016. Não houve uma justificativa oficial para a descontinuidade das aplicações e sua retomada deu-se em 2017" (SAVARIS, 2022, p.68).

O estado do Paraná é pioneiro na implementação de políticas de avaliação em larga escala, não apenas por aderir aos programas nacionais de avaliação em larga escala, mas por criar e implementar seus próprios programas. Em âmbito federal podemos citar o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) em 1995, a Prova Brasil em 2005, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) no ano de 2007, e a ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) em 2016. Já na esfera estadual cita-se o AVA (Programa de Avaliação) em 1995, o SAEP (Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná) em 2012 e a Prova Paraná no ano de 2019 (PASINI, 2020).

[2] https://www.educacao.pr.gov.br/ - Secretaria da Educação e do Esporte.

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

“A partir de 2019, o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) passa a ser redesenhado. A Prova Paraná é parte do processo de reestruturação do SAEP, que passa a ser composto pela Prova Paraná, Prova Paraná Mais e Prova Paraná de Fluência” (SAVARIS, 2022, p.72). De acordo com o site governamental do programa Educa Juntos a PP está correlacionada, que desenvolve outras ações e algumas correlatas a PP, instituído pelo Decreto n.ª 5857, de 05 de outubro de 2020. Esse é uma parceria entre o Governo do Estado do Paraná e as Prefeituras Municipais, entre os objetivos está o suporte técnico pedagógico, promovendo ações colaborativas na educação, a fim de melhoria da qualidade e oferta do ensino a todos os estudantes das redes públicas de ensino do Estado do Paraná, bem como disponibilizar material de apoio pedagógico e o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB para as redes municipais.

Segundo Savaris (2022),

> A Prova Paraná foi apresentada no contexto pós 2016, quando ocorrem mudanças na condução das políticas públicas no Brasil que impactam no campo educacional. A exemplo, a PEC 241 ou PEC 55, que impõe um teto para os gastos públicos com despesas primárias e acaba por comprometer o que diz a legislação brasileira sobre Educação (Constituição Federal, 1988; LDB, 1996; PNE, 2014), no que se refere à garantia da qualidade (p.19).

No site oficial da Prova Paraná[3], no campo objetivos, a primeira aplicação aconteceu no ano de 2019, em três edições, uma em cada trimestre, com o objetivo de identificar as dificuldades e as habilidades já apropriadas pelos educandos durante o process o de ensino e aprendizagem, neste primeiro momento os conteúdos avaliados foram referentes aos componentes curriculares de Português e Matemática.

Em 2020 houve a inclusão de mais conteúdos nos componentes curriculares de Ciência da Natureza, História e Geografia para o ensino fundamental, porém a aplicação só ocorreu no ano de 2021, em uma edição, devido a pandemia. No ano de 2022, nosso foco de estudo, houve aplicação das três edições, com ênfase nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Geografia e História .

De acordo com a SEED, a prova é uma ferramenta para professores, equipe gestora da escola, secretário municipal de educação e sua equipe elaborarem evidências e ações para melhoria do ensino/aprendizagem.

[3] https://www.provaparana.pr.gov.br/ - Prova Paraná.

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

Porém segundo Savaris (2022) “as aplicações trimestrais da Prova Paraná geram alterações no trabalho da escola comprometendo o ensino, a organização do trabalho pedagógico e de gestão escolar (p.78)”.

Ressaltamos que a distribuição das provas, organização da aplicação e correção para os municípios ficam a cargo da Secretaria Municipal da Educação, a SEED disponibiliza a prova impressa, orientações para aplicação e o aplicativo para correção, sendo assim, o professor e a equipe gestora assumem esta responsabilidade.

Savaris (2022) destaca a sobrecarga para os municípios, professores e gestores para aplicação e organização da Prova Paraná, os verbos mais utilizados para designar as ações foram: como ler, organizar, orientar, aplicar, explicar; para o uso do aplicativo: baixar, acessar, instalar, executar, consultar, focalizar, corrigir. Desse modo, cabe analisar os desdobramentos da PP no currículo de história.

CONTEÚDOS ABORDADOS NA PROVA PARANÁ 2022 E DESDOBRAMENTOS NO CURRÍCULO DE HISTÓRIA

A primeira edição da prova Paraná de 2022 foi instituída através do Ofício Circular n.° 04/2022, o mês estipulado para aplicação foi abril, em dois dias, aplicada somente no mês de maio, um para o Caderno de Linguagens e Ciências Humanas e outro para aplicação do Caderno de Matemática e Ciências da Natureza, neste artigo optamos por analisar o Caderno 01 que aborda os conteúdos de História.

Foram elaboradas 11 questões, apresentamos uma tabela com os descritores, o nº da questão que estes foram abordados e seus objetivos:

DESCRITOR	Nº DA QUESTÃO	OBJETIVOS
D07	34,35 e 36	Identificar as contribuições de diferentes grupos sociais na formação do povo brasileiro
D21	37 e 38	Identificar as manifestações artísticas e culturais dos diferentes grupos, povos e nações em diferentes temporalidades
D11	39 e 40	Reconhecer a diversidade Cultural dos diferentes povos indígenas, africanos escravizados, afro-brasileiros, asiáticos e europeus no processo histórico de formação da sociedade brasileira

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

D10	41 e 42	Reconhecer o significado histórico dos patrimônios culturais, materiais e imateriais como forma de expressão das sociedades em diferentes contextos
D22	43 e 44	Relacionar as representações socioculturais com a formação da identidade de diferentes povos e nações.

Percebemos o cumprimento da lei 11645/2008, no D11, lei que trata da inclusão no currículo oficial da rede de ensino e a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena:

> § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Silva e Silva (2020) compartilham que,

> É preciso considerar que a referida lei é fruto de conquistas e representa sem dúvida, um avanço, entretanto, por si só não é garantia de resolução das questões que dificultam o ensino da História Indígena. A simples existência dela não implica na exclusão das lacunas e das distorções que cercam a história desses povos (p.43).

O ponto positivo da prova Paraná é a inclusão/retorno de outros componentes curriculares na avaliação, que a difere das avaliações aplicadas em âmbito nacional, que corroboram para que o currículo de ênfase das disciplinas e conteúdos cobrados nas avaliações voltados para Língua Portuguesa e Matemática. Porém, destacamos que a forma que é abordada se torna rasa e reforça estereótipos, pois ao incorporar todos os componentes curriculares e alinhar a mesma a padronização de conteúdos como proposto na BNCC, torna-se um desafio aos docentes desenvolver um planejamento de suas aulas com viés de análise crítica dos conteúdos, contribuindo para que a ação docente se destine a trabalhar os conteúdos da PP em cada trimestre.

Segundo Savaris (2022) "*dentre as semelhanças e diferenças entre o SAEB e a Prova Paraná, destaca-se a forma mais acessível de divulgação dos resultados da Prova Paraná, porém sem orientações sobre como utilizar os seus resultados*" (p.114).

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

O quadro elaborado por Savaris (2022) apresenta as semelhanças entre o SAEB e a Prova Paraná, a mesma utiliza como fonte o relatório de Amostragem do SAEB, 2019 e os documentos orientadores da Prova Paraná:

Quadro 1:Prova Paraná e Saeb

Prova Paraná	SAEB
Avaliação diagnóstica	Avaliação diagnóstica
Avalia língua portuguesa e matemática[57].	Avalia língua portuguesa e matemática[58]
Avalia do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio	Avalia estudantes do 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio
Avalia escolas públicas	Avalia escolas públicas e privadas
Avaliação censitária	Amostral e censitária
Elaborada a partir da Teoria de Resposta ao Item (TRI)	Elaborada a partir da Teoria de Resposta ao Item (TRI)
Trimestral	A cada 2 anos
Matriz de referência a partir do SAEB	Matriz de referência própria[59]
Prova Paraná Mais, Prova de Fluência	Prova Brasil, Provinha Brasil
Avalia alunos da rede estadual e rede municipal.	Avalia alunos da rede estadual e rede municipal
Elaborado pelo CAED/UFJF.	Elaborado a partir de banco de itens do INEP.
Resultados em formato acessível à escola.	Resultados em formato pouco acessível à escola.

Fonte: SAVARIS (2022, p.106).

Como podemos observar a PP e o SAEB possuem mais semelhanças que diferenças, destaca-se que a PP possui aplicação constante, sua base de referência é o SAEB, complementamos o quadro de Savaris (2022) com a incorporação da PP de outros componentes curriculares, e ainda os materiais disponibilizados para suporte ao docente para apropriação do conteúdo.

Ao buscar no site da PP encontramos um guia pedagógico[4] para o professor, com os descritores que serão cobrados na prova e sugestões de aulas, atividades para os mesmos desenvolverem com alunos, com isso o professor acaba perdendo a autonomia de suas aulas ficando restrito e amarrado a sugestões e orientações do Estado.

Algumas Lives[5] sobre a prova Paraná, mediadas pelo Núcleo Regional da Educação percebemos como os mesmos envolvem os professores para "ensinar" os demais sobre as metodologias mais apropriadas para a assimilação do conteúdo cobrado.

[4]Guia Pedagógico. Disponível em: <https://www.provaparana.pr.gov.br/sites/prova/arquivos_restritos/files/documento/2022-04/professor_guia_historia.pdf> Acesso em: dez./2022..

[5]Prova Paraná, Núcleo Regional de Educação de Curitiba "Gestão da Ação – Foco dos Diretores e Professores.Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CgAv1J-cmgE> acesso em: dez./2022.

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

Destaca-se que os conteúdos abordados nas avaliações externas e prova Paraná, seguem a BNCC, as mesmas afunilam o trabalho estruturado para Educação Brasileira, pensado, influenciado, como vimos no início do artigo pelo neoliberalismo, Banco Mundial, Unesco e acordos transnacionais.

> Visto que a qualidade da educação está para além dos testes de rendimentos e fluxos escolares, há que se considerar as condições de infraestrutura, condições materiais em que o trabalho docente ocorre, programas e políticas que incidem sobre a ação da gestão, docentes, condições socioeconômicas, características da comunidade escolar, entre outros. (PASINI, SOLIGO, P.91, 2022)

Ainda, segundo Savaris (2022),

> [...] qualidade da Educação na BNCC está associada à competência e pode ser gerenciada, o que amplia a regulação da autonomia docente. Esta noção de qualidade possui relação direta com o conhecimento considerado "prático" para o mercado de trabalho, não ao conhecimento científico (p.56).

Cremos que a avaliação diagnóstica é necessária para a construção da aprendizagem, porém quando esta é classificatória e não tem objetivos da emancipação do educando, acaba por excluir os alunos que não se enquadram neste processo, pois não permite conhecer a individualidade de cada um, não considera as outras habilidades, e gera a condição de competitividade.

Colaborando com essa afirmação Cunha e Muller (2018) afirmam:

> A avaliação, em sentido amplo, não deve ser classificatória, excludente e padronizadora, mas uma prática pedagógica que possibilite a análise e reflexão do processo de ensino-aprendizagem, instigando novas e múltiplas possibilidades de ensinar aprender, perfazendo-se, assim, em um importante instrumento para a potencialização das relações entre os diversos saberes que ocupam e que permeiam o espaço e o cotidiano escolar (p.02).

Sendo que dificilmente o professor consegue retornar para as questões das avaliações externas, ou de conteúdos não apropriadas pelos alunos por conta da aula ser uma vez na semana, com carga horária reduzida, Savaris (2022) destaca a necessidade permanente da reflexão coletiva:

> [...] ponto em que muitas escolas deixam a desejar por vários fatores, dentre eles, a falta de tempo que gera a falta de preparo para esse tipo de avaliação. A não reflexão sobre os processos avaliativos e sobre os índices gerados

---

Prova Paraná, Orientações Gerais, Canal do Professor – Formação Continuada SEED – PR. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gYGYoulYpZI> Acesso em: dez./2022.

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

> pelas avaliações prejudica a avaliação em si e impacta na qualidade da Educação (p.59).

Frisamos que na maioria dos municípios do Estado do Paraná o professor dos anos iniciais é o professor Polivalente, que ministra vários componentes curriculares, e por muitas vezes sua formação inicial é o curso nível médio de formação de docentes, aqueles que possuem graduação geralmente é voltada na área de pedagogia, por consequência o Estado acaba direcionando ainda mais os conteúdos e a maneira de abordá-los.

Segundo Savaris (2022), como política de incentivo a participação dos municípios e professores, houve:

> A oferta de cursos de formação aos profissionais, materiais impressos às escolas, bem como a premiação de escolas municipais com índices considerados satisfatórios foram utilizados como forma de persuasão para a adesão das escolas municipais. Os documentos evidenciam um aumento significativo de ações gerencialistas direcionadas aos profissionais das escolas (p.111).

A precarização do investimento na formação continuada dos professores, e/ou no incentivo para primeira ou segunda licenciatura acaba colaborando para a aceitação do educando, nos modelos institucionalizados.

> Por detrás de todo esse processo e tentativa de inviabilização do cotidiano e das suas possibilidades, devires e potencialidades estão às políticas neoliberais que tentam ganhar espaço ordenando e impondo formas de selecionar, controlar e uniformizar as práticas escolares. Esse processo se dá de várias maneiras, dentre as quais se destaca a implementação de um sistema de avaliação em larga escala e de padronização de testes (CUNHA, MULLER, 2018, p.03).

Observamos isto no guia pedagógico, e os modelos das questões abordadas, pelo Estado do Paraná, que acaba por moldar os alunos para as avaliações externas, em atividades restritas a questões de múltipla escolha.

O guia é composto por 46 páginas, sem mencionar os autores de sua elaboração, cita como fontes sites de pesquisa, metodologias a serem desenvolvidas com alunos, e atividades de fixação.

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

Segue a descrição do objetivo e o link de acesso do Guia Pedagógico[6] para professor de História - por meio das possibilidades de encaminhamentos metodológicos e dos itens elaborados e comentados, objetiva subsidiar o trabalho pedagógico do professor em sala de aula, na perspectiva de auxiliar na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos estudantes, considerando a educação integral de forma humanizada, mas da forma que nos é apresentada não colabora para uma formação humanizada do ser, e sim como destacam Cleudes eMuller (2018) e correlacionam com Foucault na disciplinarização dos corpos, pois preparam para submissão e não para a emancipação e crítica social.

REFLEXÕES DO ENSINO DE HISTÓRIA E SUA RELAÇÃO COM A PP

No artigo "O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva" de Elza Nadai, autora expressa através de uma citação do autor Murilo Mendes que a história que ensinamos é realmente odiosa, pois os alunos acabam decorando fatos, datas e nomes para passar nos "testes finais", a epígrafe de Mendes é de 1935, porém nos faz pensar sobre este ensino que por muitas vezesfoi utilizado para referenciar histórias que não se correlacionam e não envolvem a vida dos estudantes, o ensino de história que a Prova Paraná, apresenta também é esvaziada de sentido.

É sabido que a história é uma construção carregada de tensões, em seu princípio necessitava estabelecer as histórias que iriam ser deixada de fora, Elza Nadai exemplifica que o Ensino de História como disciplina inicia-se na França no século XIX, influenciando o Brasil a partir de 1822.

"A história inicialmente estudada no país foi a História da Europa Ocidental, apresentada como a verdadeira História da Civilização. A História pátria surgia como seu apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário"(NADAI, p.146), o que nos entristece é não conhecer a história que tínhamos, os saberes dos povos indígenas, africanos e de outras culturas que aqui existem.

O ensino de história implementado em todo território nacional estavasintetizado em uma ideia nação embasada em uma identidade comum de seus variados grupos étnicos e classes sociais constitutivos, centralizando-se no colonizador português, no imigrante europeu e nas leves contribuições dos africanos e indígenas "a dominação social (interna) do branco

[6] https://www.provaparana.pr.gov.br/sites/prova/arquivos_restritos/files/documento/2022-04/professor_guia_historia.pdf - Guia Pedagógico.

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

colonizador sobre africanos e indígenas bem como a sujeição (externa) do país-colônia à metrópole não foram explicitadas.” (p.149), a ruptura desta visão levou anos, mas ainda é apresentada em alguns currículos e materiais didáticos, “a verdadeira história”, visto que carregamos ainda em nosso cotidiano, reflexo de uma visão preconceituosa e racista.

> O conceito de História que flui dos programas e dos currículos é, assim, basicamente aquele que a identifica ao passado e, portanto, à realidade vivida, negando sua qualidade de representação do real, produzida, reelaborada, na maioria das vezes, anos, décadas ou séculos depois do acontecido. Essa forma de ensino, determinada desde sua origem como disciplina escolar, foi espaço da história oficial da qual os únicos agentes visíveis do movimento social eram o Estado e as elites (NADAI, 1993, p.152).

Destacadas o início do ensino de história do Brasil, através disso percebemos que nos conteúdos abordados no guia pedagógico, p.07 e na 1ª edição da prova Paraná, são semelhantes, através dos descritores o D07, D21, D11 e D22.

Segue a sugestão de encaminhamento apresentado na p.07:

Encaminhamento 2

Informe os estudantes que, nas próximas duas aulas, o tema a ser estudado será a formação da população brasileira. Então, questione-os: Vocês sabem qual é a origem de suas famílias? Há negros, indígenas ou pessoas de outros países na sua formação familiar? Por causa da história da formação populacional do Brasil, espera-se que ao menos alguns estudantes citem uma dessas ascendências. A partir das respostas, inicie a contextualização histórica do tema permitindo a participação dos estudantes em intervenções que contribuam para a construção do conhecimento.

Prossiga a aula explicando que essa diversidade de etnias faz parte da formação da população brasileira. Ressalte uma característica importante dessa formação: a diversidade cultural, pois, além da influência dos povos originários indígenas, o Brasil recebeu influência de outros povos que vieram para cá, livre ou compulsoriamente (no caso dos escravos de origem africana). A atual diversidade cultural brasileira existe graças à convivência entre diferentes grupos sociais, a miscigenação e a influência de culturas diversas. Na sequência, esclareça que os povos indígenas são os habitantes originais das terras que deram formação ao Brasil. Com a colonização, vieram os portugueses, que, mesmo praticando a escravidão sobre os povos indígenas, mais tarde, trouxeram os africanos escravizados para trabalhar principalmente nas lavouras. Nos primeiros 300 anos da colonização, o Brasil recebeu cerca de 470 mil colonizadores portugueses, cujas atividades principais eram a coleta de madeira e a exploração de ouro e de pedras preciosas.

Organize a turma em 3 grupos onde cada um deles deve pesquisar sobre um grupo étnico que contribuiu para formação do povo brasileiro, sendo estes grupos:

- Povos indígenas: denominados indígenas. Povos que habitavam o território antes mesmo da chegada dos Portugueses.
- Portugueses: povos que vieram de Portugal para o território brasileiro.
- Negros africanos: capturados na África e trazidos para o Brasil para serem escravizados.

Cada grupo deverá em sua pesquisa trazer informações de como cada etnia contribuiu para formação do povo brasileiro. Posteriormente a pesquisa cada grupo apresentará para sala as informações obtidas, através da utilização de cartazes, dramatizações, vídeos ou outros meios que acharem pertinente.

Fonte: Guia Pedagógico, 2022.

A sugestão deste encaminhamento reforça a passividade e a tentativa de criar um ideal de identidade nacional, composta pelos povos indígenas, portugueses e africanos, porém sempre os povos indígenas e africanos em subordinação aos europeus, pois estes não possuíam cultura, criando uma falsa afirmação que os imigrantes contribuíram para a construção da sociedade brasileira.

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

> A nossa sociedade como resultado da organização e mobilizações dos movimentos sociais, se descobriu plural, repensando seu desenho: o Brasil não tem uma identidade nacional única! Somos um país de muitos rostos, expressões socioculturais, étnicas, religiosas, etc. As minorias (maiorias) sejam mulheres, ciganos, pessoas negras, idosas, crianças, portadoras de necessidades especiais, etc. reivindicam o reconhecimento e o respeito aos seus direitos! (SILVA, SILVA, 2018, p.10).

Citamos como exemplo a questão 39 cobrada no Caderno 01, quando a mesma aborda um texto, uma lenda indígena, (como diríamos nós eurocêntricos), porém não destaca de qual povo surgiu, não traz a escrita dos povos indígenas, e sim um texto adaptado, cuja a fonte direciona para um site[7], relacionando-a com lendas folclóricas, sendo assim reforça estereótipo e ainda é descrita por uma pessoa que não possui relação com o povo.

Silva e Silva destacam (2020) que a construção de políticas indigenistas forçam uma orientação nacionalista para o projeto civilizatório do indígena, cujo o resultado é o apagamento da presença deste povo, Oliveira *et al* (2009) "chama a atenção para o fato de que esse "esquecimento, longe de ser um ato único e explícito, de evidente materialidade, é algo cujos efeitos se encontram dispersos numa multiplicidade de narrativas, lendas e imagens (p.39)". Vislumbra que o Guia Pedagógico e a Prova Paraná reforçam estas visões.

Observamos a falta de preparação da Prova Paraná e do Guia Pedagógico por serem materiais que orientam a prática docente e avaliam a aprendizagem dos alunos, bem como embasamento teórico destes, tendo como fonte páginas da internet e livro didático, como apontam as referências nas atividades destes materiais, precisamos ficar atentos a interferência do Estado, do dinheiro público voltado para essa elaboração, e ter consciência que esta prática não é para a humanização dos nossos alunos, é a reprodução de um imagético, construído ao longo dos anos, embasada na [...] perspectiva da interculturalidade funcional, a qual está vinculada à lógica neoliberal, que diz reconhecer e "respeitar" a diversidade sociocultural, a partir de uma visão folclorizada das manifestações socioculturais do/a "outro/a" (SILVA, SILVA, 2020 p.53).

Segue comparativo dos descritores cobrados na PP com os objetivos e aprendizagens abordados no Currículo da Rede Estadual Paranaense:

[7] https://www.todamateria.com.br/lendas-indigenas/ - Lendas Indígenas, Marcia Fernandes – Professora Licenciada em Letras.

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

Quadro 2: Relação entre Objetivos de aprendizagem do CREP com os descritores e objetivos da PP para o 1º trimestre.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DO CREP[8] DO 1º TRIMESTRE	DESCRITORES E OBJETIVOS DA PP
• Identificar os processos de formação das culturas e dos povos, relacionando-os com o espaço geográfico ocupado. • Diferenciar os processos de nomadismo e sedentarismo. • Entender a migração como deslocamento populacional pelo espaço geográfico, identificando a importância da mobilidade e da fixação para a sobrevivência do ser humano. • Reconhecer os povos indígenas como primeiros habitantes do território brasileiro e as relações de trabalho que se estabeleceram com chegada dos portugueses. • Conhecer o processo de colonização das terras brasileiras, especialmente do território paranaense. • Identificar os mecanismos de organização do poder político com vistas à compreensão da ideia de Estado e/ou de outras formas de ordenação social. • Relacionar a disputa por terras férteis à garantia de sobrevivência e poder de um grupo sobre outro, originando o governo de um território. • Discutir e compreender a necessidade de regras e leis para vivermos em sociedade. • Entender como se deu a chegada dos portugueses ao Brasil e a organização do sistema de governo durante o período colonial brasileiro. • Conhecer as primeiras formas de exploração econômica no território brasileiro: extração do pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração e mão-de-obra escravizada. • Analisar a história do Brasil em diferentes períodos, destacando relações de poder, cultura e trabalho a partir de fontes históricas e da articulação entre o contexto local e/ou regional.	D07 - Identificar as contribuições de diferentes grupos sociais na formação do povo brasileiro
	D21 - Identificar as manifestações artísticas e culturais dos diferentes grupos, povos e nações em diferentes temporalidades
	D11 - Reconhecer a diversidade Cultural dos diferentes povos indígenas, africanos escravizados, afro-brasileiros, asiáticos e europeus no processo histórico de formação da sociedade brasileira
	D10 - Reconhecer o significado histórico dos patrimônios culturais, materiais e imateriais como forma de expressão das sociedades em diferentes contextos
	D22 -Relacionar as representações socioculturais com a formação da identidade de diferentes povos e nações.

Fonte: Da autora (2022).

Nota-se o ensejo do Estado em influenciar na prática pedagógica, pois adéqua a PP ao CREP e disponibiliza um guia pedagógico para o professor trabalhar com os alunos para eficiência nos resultados.

Ressaltamos que uma prática pedagógica desconexa com a realidade do educando, sem pesquisa historiográfica através das diversas fontes orais e escritas dificilmente irá contribuir para uma emancipação dos alunos.

[8] https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/crep2021_historia_seriesiniciais.pdf - CREP de História.

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

CONCLUSÃO

Frisamos que esta pesquisa não se esgota nestas páginas, pois o mesmo gera uma complexidade de fatores que exige a continuação dos estudos, sugere-se, pesquisa com os professores polivalentes, relacionando com os métodos e as técnicas de ensino, a utilização do guia como manual e suas as consequências, compreensão dos dados a partir do resultado da Prova Paraná, e estudo das políticas públicas municipais após a aplicação.

Silvia Finocchio (2012) em seu artigo “América Latina: NuevosRumbosenlos saberes educativos” nos demonstra que o Estado é o grande influenciador e ditador dos conteúdos e da maneira que educamos, digamos que ele influencia os pais, as crianças e os servidores, através imposições curriculares, estas são aceitas sem muitas discussões e por muitas vezes com poucas contribuições sociais, “de la mano más del Estado que de lasociedad, y conmuchasausenciastambién —para no exagerar el papel modernizador del Estado en América latina—, laescuela se convirtióencasiel único medio que permitió expandir la "civilizaciónoccidental" (FINOCCHIO, 2012, p.02). Constatamos isto também na política das avaliações externas, que possuem como discurso auxiliar na gestão das aprendizagens dos alunos.

As avaliações externas são realidade de outros países da América Latina, como Chile, Venezuela, Bolivia, Paraguay, Uruguay e Argentina, como demonstra Finocchio, e traz como um problema “elénfasisenlacuestiónevaluativa y laproliferación de información sobre los resultados de losaprendizajes que alcanzanlosalumnosenlaspruebasstandarizadaslanzóun alerta en términos de cuestión social fundamental que los países de Latinoamérica debían atender enfunción de lacalidad de una serie de aprendizajes básicos”, básicos para a civilização ocidental.

Bem como “La educación se entendió desde entonces como unfactor de producción y los organismos internacionales se encargaron de establecer rangos educativos ligados a lacompetitividad entre países” (FINOCCHIO, 2012 p.03).

Colabora para essa afirmação Savaris (2022), o conceito de qualidade de educação, neoliberal com foco nas práticas gerencialistas, “[...] se apresenta como hegemônico, seus saberes visam qualificar os estudantes, futuros trabalhadores, para um mercado de trabalho, cujas vagas estão cada vez mais reduzidas, produzindo, portanto, o aumento da competitividade (p. 36)”.

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

> Percebe-se a necessidade da construção coletiva de resistência ao uso da avaliação para o ranqueamento. Tal atitude gera não apenas a responsabilização de professores e diretores, mas o adoecimento dos profissionais por trabalhar sob pressão e com sobrecarga de atividades. É preciso debater o uso pedagógico das ALE (SAVARIS, 2022, p.63).

Uma das funções das avaliações em larga escala é a verificação se está sendo seguido o currículo, o currículo é um campo que gera várias tensões e discussões sobre sua função e aplicabilidade, demonstramos a correlação no quadro dos descritores da PP e dos objetivos de aprendizagem do CREP, mas não se pode deixar que a organização da prática escolar fique em função das avaliações externas, em busca de resultados.

Nesse sentido o ensino de história assim como o CREP e a PP tem relações de poder, necessitamos como docentes estar cientes destas relações e compreender que a aprendizagem só se efetiva se faz sentido, se utilizarmos uma aula pronta, como o guia pedagógico elaborado para desenvolver os conteúdos cobrados na PP dificilmente será apropriado, assimilado pelos estudantes.

Concluímos com uma frase que nos instiga, para que nunca se esqueçamos que enquanto educadores precisamos pesquisar, estudar incessantemente, pois só assim conseguiremos uma aprendizagem mais efetiva, mais significativa, pois infelizmente o Estado tentará nos envolver na máquina de padronização do ser.

"Quem não lê acredita em quem lê", autor desconhecido.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **LEI 11.645/ 10 março de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>.

CUNHA, E. C. S.; MULLER, E. R. **Avaliações em larga escala:** uma tentativa de controle, regulação, captura e padronização do cotidiano escolar.

DOSSENA, G. A. **Prova Paraná Fluência 2019**: Reflexões e desdobramentos. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação, Unioeste: Cascavel, 2022.

EDUCA JUNTOS. **Programa Educa Juntos**. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/programa_educa_juntos>.

FINOCCHIO, S. **América Latina:**nuevosrumbosenlos saberes educativos. In: Boletín de la Biblioteca delCongreso de la Nación. Buenos Aires, n. 126, 2012, pp. 103-115.

GATTI, B. A. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. **SÍSIFO** - Revista de Ciências da Educação, n. 9, p. 7-18, mai./ago. 2009.

Versão Final Homologada
13/12/2022 15:16

NADAI, E. **O Ensino de História no Brasil:** trajetória e perspectiva, Revista Brasileira de História, v. 13, n. 25/26, São Paulo, 1993.

PARANÁ. **Currículo da Rede Estadual Paranaense - CREP**. Disponível em: <https://professor.escoladigital.pr.gov.br/crep>.

PARANÁ. **Prova Paraná**. Disponível em: <https://www.provaparana.pr.gov.br/> .

PASINI, J. F. S; SOLIGO, V**. Políticas de avaliação em larga escala e a BNCC**. Disputando narrativas: Uma abordagem crítica sobre a Base Nacional Comum Curricular / Juliana Franzi, Ana Paula Araujo Fonseca (Organizadoras). 1. ed. Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2022. 228 p.

SAEB. **Sistema de Avaliação da Educação Básica**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>.

SAVARIS, S. B. **Os impactos da prova Paraná em escolas das redes municipal e estadual de educação básica.** Cascavel: UNIOESTE, 2022. Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus Cascavel) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2022. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/6259/5/S%C3%B4nia_Savaris.2022.pdf>.

SEED. **Secretaria da Educação e do Esporte**. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/?utm_source=educacao&utm_medium=pagina_desvio&utm_campaign=desvio-seed&utm_id=desvio>.

SILVA, E; SILVA, M. P. **A temática indígena na sala de aula** [recurso eletrônico]: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008/organizadores: Edson Silva, Maria da Penha da Silva. – 3. ed. –Recife: Ed. UFPE, 2020. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/62/65/189> .

WERLE, F. O. C. Panorama das políticas públicas na educação brasileira: uma análise das avaliações externas de sistemas de ensino. **Revista Lusófona de Educação**. V.27. n. 26, 2014.